

Movimento Brasil Competitivo (MBC) e a difusão da visão de mundo empresarial

Camila Ferreira Alves¹
Meire Mathias²

*Recebido em maio de 2024
Aceito em junho de 2024*

RESUMO

O Movimento Brasil Competitivo (MBC) é uma organização política brasileira formada por líderes empresariais e governamentais. A maioria do Movimento é composta pelos representantes empresariais, responsáveis pela direção política da organização. A partir de seu estatuto, o MBC define como principal objetivo atuar na formulação de políticas direcionadas para o aumento da competitividade da economia brasileira. Com base nessas considerações, analisamos o MBC como um aparelho privado de hegemonia, categoria analítica desenvolvida por Antonio Gramsci, que designa a função de formular, organizar e difundir o consenso em torno da visão de mundo que atende aos interesses específicos da classe que representa. Para investigar esse processo, selecionamos e analisamos o conteúdo das matérias de capa das nove edições da revista Brasil+, publicadas semestralmente entre 2016 e 2020 pelo MBC, a partir da delimitação de conceitos-chave relacionados aos valores que norteiam o Movimento como as noções de público e privado, técnica e tecnologia, neutralidade e ideologias, para compreender como ocorre a atuação do MBC na formulação, organização e difusão de uma visão de mundo empresarial, na construção do consenso em torno de suas propostas políticas e como elas se relacionam, de forma mais geral, à construção do consenso neoliberal.

Palavras-Chave: Movimento Brasil Competitivo, Visão de mundo, Hegemonia; Gramsci.

Brazil Competitive Movement (MBC) and the diffusion of the business worldview

ABSTRACT

Brazil Competitive Movement (MBC) is a Brazilian political organization formed by business and governmental leaders. The majority of the Movement consists of business representatives who are responsible for the political direction of the organization. According to its statute, the MBC defines its primary objective as engaging in the formulation of policies aimed at increasing the competitiveness of the Brazilian economy. Based on these considerations, we analyze the MBC as a private hegemony apparatus, an analytical category developed by Antonio Gramsci, which designates the function of formulating, organizing, and disseminating consensus around a worldview that serves the specific interests of the class it represents. To investigate this process, we selected and analyzed the content of the cover stories from the nine editions of the magazine Brasil+, published semiannually between 2016 and 2020 by the MBC. This analysis was based on the delineation of key concepts related to the values that guide the Movement, such as the notions of public and private, technique and technology, neutrality and

¹ Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PGC/UEM). Professora de sociologia no ensino superior EAD. E-mail de contato: camila_f.alves@hotmail.com

² Doutora em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Docente no Departamento de Ciências Sociais (DCS) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PGC) da Universidade Estadual de Maringá - UEM. E-mail: meire_mathias@uol.com.br

ideologies, in order to understand how the MBC operates in the formulation, organization, and dissemination of a business worldview, in building consensus around its political proposals, and how these relate, more generally, to the construction of neoliberal consensus.

Keywords: Brazil Competitive Movement, Worldview, Hegemony, Gramsci.

Introdução

Para a realização desse estudo, selecionamos e analisamos o conteúdo das matérias de capa das nove edições da revista *Brasil+*, publicadas semestralmente entre 2016 e 2020, a partir da delimitação de conceitos-chave relacionados aos valores que norteiam o movimento como as noções de público e privado, técnica e tecnologia, neutralidade e ideologias para compreender como ocorre a atuação do Movimento Brasil Competitivo (MBC) para difundir uma visão de mundo empresarial, construir o consenso em torno de suas propostas e como elas se relacionam, de forma mais geral, à construção do consenso neoliberal.

Com este objetivo, apresentamos e analisamos as matérias de capa da revista *Brasil+*, com base nas contribuições da teoria crítica a partir de Theodor Adorno, do pós-humanismo de Donna Haraway, com destaque para a discussão sobre ciência, técnica e tecnologia; e das contribuições gramscianas sobre as disputas políticas ideológicas e a formação das consciências.

Também realizamos uma breve contextualização a respeito do avanço e intensificação das reformas neoliberais nos governos Temer (MDB) e Bolsonaro (PSL), a partir do rompimento institucional que fornece as bases para o desenvolvimento do cenário de regressão política e econômica. Finalizamos a discussão com o avanço na compreensão da disseminação de ideias e produção do consenso neoliberal pelo MBC a partir do conceito de hegemonia, de Antonio Gramsci, e sua relação com o mundo da produção material da existência.

A “Revista *Brasil+*”, a difusão das ideias empresariais e a construção do consenso neoliberal

A “Revista Brasil+” possui periodicidade semestral de publicação, é distribuída para associados e parceiros do Movimento Brasil Competitivo (MBC) em todo o Brasil e disponibilizada na íntegra de forma *online* no *site* do MBC. O público-alvo, além de associados e parceiros, é formado por lideranças empresariais, governo federal, governos estaduais, governos municipais e formadores de opinião. No que tange ao projeto editorial e execução da revista, identificamos que são realizados pela agência de conteúdo “República”, com sede em Porto Alegre no Rio Grande do Sul. Desse modo, os jornalistas que assinam as matérias de capa da revista são ou estiveram vinculados a esta agência.

A análise do conteúdo das matérias de capa da revista Brasil+ foi realizada a partir da delimitação de conceitos-chave relacionados aos valores que norteiam o movimento como as noções de público e privado, técnica e tecnologia, neutralidade e ideologias, para compreender como ocorre a comunicação do movimento para construir o consenso em torno de suas propostas.

A partir dessa análise, foi possível entender como se concretiza a produção e difusão de ideias e visões de mundo do MBC, enquanto aparelho privado de hegemonia, e como se relacionam, de forma mais geral, à construção do consenso neoliberal.

Nas primeiras três edições da “Revista Brasil+” são apresentadas as noções de que o Estado é ineficiente, custoso, invasivo, intervencionista e que é preciso passar por uma mudança de paradigma para ter um Estado indutor do desenvolvimento, “não mínimo, mas estratégico”, em que a concorrência seja um estímulo para a qualidade. Como solução para tornar o Estado eficiente, o argumento principal entoado pelo MBC manifesta que é preciso fazer uma remodelação administrativa com práticas do segmento corporativo. “Fazer mais com menos”. Nessas três matérias, defende-se a ideia de que as maiores despesas estão no funcionalismo público e no custeio da máquina pública.

Assim, o Pacto pela Reforma do Estado é criado como proposta para “modernizar” serviços públicos, com inovação organizacional e tecnológica e digitalização dos serviços públicos. Para isso, seria preciso eliminar gastos desnecessários, com infraestrutura e pessoal, enxugar a máquina pública com a reforma administrativa e usar tecnologia e inovação para “retomar crescimento”.

A terceira edição traz ainda o exemplo da cidade de Londrina (PR) como responsável pelo Primeiro Processo Seletivo Profissional para posição de alta liderança na gestão pública para o cargo de Secretário(a) Municipal da Educação. Aqui, temos um trecho na íntegra da visão e do papel de técnica apresentados na revista do MBC: “É claro que somos todos seres políticos, mas quando você entra em uma secretaria por **critérios** estritamente técnicos, pode trabalhar por esse viés, tomando decisões por meio da técnica e da teoria da educação, avalia Maria Tereza” (MBC, 3ª edição, 2017, p. 47, grifo nosso).

Para interpretar e analisar esse conjunto de formulações e, especialmente, este último apontamento, recorreremos a um autor da Escola de Frankfurt, da Teoria Crítica. Theodor Adorno, em seu texto “O conceito de esclarecimento”, nos apresenta uma visão crítica a respeito dessa noção de técnica.

A crítica de Adorno é fecunda ao questionar as bases que sustentam o pensamento moderno, como o pensamento que deixou de pensar a si mesmo e que não se coloca reflexões e questionamentos sobre outras formas de compreender a realidade. A interpretação do mundo e o destino da sociedade já estão definidos de antemão, então, basta o domínio e a expansão da técnica para a adaptação a essa realidade.

A insossa sabedoria para a qual não há nada de novo sob o sol, porque todas as cartas do jogo sem-sentido já teriam sido jogadas, porque todos grandes pensamentos já teriam sido pensados, porque as descobertas possíveis poderiam ser projectadas de antemão, e os homens estariam forçados a assegurar a autoconservação pela adaptação – essa insossa sabedoria reproduz tão-somente a sabedoria fantástica que ela rejeita: a ratificação do destino que, pela retribuição, reproduz sem cessar o que já era. O que seria diferente é igualado. Esse é o veredicto que estabelece criticamente os limites da experiência possível (ADORNO, 2016, p. 9).

A partir dessa citação, temos elementos para entender como a técnica é apresentada pelo MBC, com forma autônoma e legítima enquanto as decisões políticas são desqualificadas como ideológicas e corrompidas. Assim, basta dizer que uma escolha foi feita com base em critérios técnicos para que seja legitimada. Mas, é possível separar o conhecimento técnico das visões de mundo? Das diferentes perspectivas sobre o que é a sociedade e como organizá-la? Mesmo que um profissional seja qualificado tecnicamente, ainda assim ele possui um conjunto de concepções sobre a vida, a

sociedade, a política, o Estado e essas concepções formam sua visão e posicionamento no mundo, guiam as suas decisões profissionais. Não é possível eliminá-las escondendo-se por trás de uma pretensão exclusivamente técnica.

Assim, todo pensamento que tenta questionar a supremacia da técnica é desqualificado como ideológico, no sentido que esse conceito adquiriu como falsa consciência, como conjunto de saberes ligados a interesses particulares e políticos enquanto a técnica com sua objetividade e neutralidade serviria a todos indistintamente. Isso só é possível pela autonomização do pensamento técnico considerado supostamente independente das visões de mundo das pessoas e grupos sociais.

No entanto, assim que olhamos de maneira mais detida para o contexto em que se insere esse discurso, como as propostas apresentadas pelo MBC nessas três edições da revista, notamos como ele está articulado e inserido dentro de uma agenda repleta de propostas políticas e específicas de um grupo, notadamente de empresários, sobre como organizar o Estado e a sociedade, ou seja, a técnica não é neutra, ela está a serviço de um projeto político definido e estruturado que pretende apresentar-se com neutralidade, como a única forma de atuação possível, pois estaria fundamentada em conhecimento técnico.

Ainda nessa reflexão, especialmente no que tange ao exemplo de um “gestor não político” e o eleitor visto como um cliente, aspectos que fazem parte da proposta de levar o modelo de gestão empresarial para o Estado, trazemos a contribuição de Donna Haraway em seu texto “Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX”:

As dicotomias entre mente e corpo, animal e humano, organismo e máquina, público e privado, natureza e cultura, homens e mulheres, primitivo e civilizado estão, todas, ideologicamente em questão. A situação real das mulheres é definida por sua integração/ exploração em um sistema mundial de produção/reprodução e comunicação que se pode chamar de “informática da dominação” (HARAWAY, 2009, p. 63).

Aqui, temos três questões importantes trazidas por Haraway (2009) para interpretarmos o conteúdo dessas matérias de capa. Primeiro, a diluição das fronteiras entre as dicotomias apresentadas e que guiam uma forma ainda hegemônica de ver o

mundo. Mas, chamamos a atenção, principalmente, para as noções de público e privado, bem como organismo e máquina. Essa reflexão é importante, pois direciona nosso olhar para observarmos que essas mudanças, que borram as fronteiras, já estão em curso e têm sido realizadas com a contribuição fundamental da ciência e tecnologia. Nos cabe compreender, assim como afirma Adorno, que o caminho de encontro dessas fronteiras não tem apenas uma direção, como nos é apresentado comumente, mas é uma direção em disputa.

Segundo, a utilização de “ideologicamente” aqui não tem o sentido de falsa consciência, de uma visão corrompida, mas sim das disputas políticas em torno das formas como essas fronteiras são desmontadas e remontadas. Terceiro, a noção de “informática da dominação” para entender como ciência e tecnologia alinhadas e ao serviço dos sistemas de produção/reprodução capitalista cumprem papel fundamental em termos de estruturação e difusão da dominação.

A atuação do MBC enquanto aparelho privado de hegemonia se consolida nesta direção, ao desenvolver e implementar projetos com parcerias contínuas e numerosas entre os setores privado e público, em que o conteúdo dessas parcerias e projetos visa alterar, de forma estratégica, o papel do Estado, para que este se torne mais direcionado aos interesses do capital, e ao fazer isso altera as próprias relações entre Estado e sociedade.

Ao partirmos da compreensão de Gramsci (2007) de que sociedade civil e sociedade política são apenas distinções metodológicas e não orgânicas e que por esta razão formam o Estado Integral, entendemos o MBC enquanto aparelho privado de hegemonia, imbuído de gestar e disseminar ideias, projetos e visões de mundo que incidem sobre a sociedade política. Para atingir o objetivo mais amplo de alterar o papel do Estado, de forma estratégica, para atender aos interesses do capital, traz no bojo de seu projeto uma mudança no interior do próprio Estado, em que a lógica das empresas privadas bem como seus valores como competitividade, gestão por desempenho e redução de custos passam a estar cada vez mais presentes no funcionamento da administração pública e dos serviços públicos.

Ou seja, a incidência da sociedade civil na sociedade política, através deste aparelho hegemônico disputa politicamente e implementa projetos que aprofundam e

ampliam uma lógica empresarial para o Estado. Deste modo, como diz Haraway (2009), essas fronteiras que antes demarcavam de forma mais nítida uma separação ideológica entre público e privado estão em questionamento.

Se tornam mais fluídas e, conseqüentemente, mais complexas de serem enfrentadas, já que a atual correlação de forças tem garantido a permeabilidade entre estas noções de forma a aprofundar um domínio das forças que caminham para um maior direcionamento estratégico do Estado para os interesses do capital e não para alternativas que possibilitem a sua superação a partir do questionamento dessas fronteiras.

Neste sentido, para entendermos como ciência e tecnologia participam da estruturação desse processo, cabe destacarmos a presença das empresas de tecnologia como *Amazon*, *Airbnb*, *99*, *Microsoft*, *Google* e *Meta (facebook)* enquanto associadas e mantenedoras do MBC nos últimos anos. São empresas de capital estrangeiro que, não por coincidência, oferecem “soluções” plataformizadas e privadas para serviços e direitos até então estabelecidos como públicos através das conquistas históricas das lutas dos(as) trabalhadores(as).

Como exemplo, podemos citar *Airbnb* e *99* que transformam bens como casas e carros, e conseqüentemente o direito à moradia e ao transporte, em capital que pode gerar rendimentos a pequenos ou grandes proprietários ao fornecerem serviços de aluguel e mobilidade para todos aqueles que não tem acesso a estes direitos, diante do cenário de crescente desigualdade. Também não podemos deixar de destacar que a tendência do capital é de concentração e centralização da riqueza, ao passo que uma vez estabelecido o domínio dessa lógica de acumulação para estes novos âmbitos, a tendência é que tanto o capital quanto os rendimentos se concentrem cada vez mais entre os grandes proprietários em detrimento dos pequenos.

Já nas edições quatro, cinco e seis, temos o tema da Revolução digital, com o avanço das tecnologias de informação e comunicação e as mudanças nas estruturas econômicas e organizacionais advindas desse processo. Apresentam-nos o termo “disrupção” como uma síntese do conceito de destruição criativa do economista

austriaco Joseph Schumpeter³.

Além disso, na visão do MBC, a Economia digital cada vez mais dita as relações de mercado e o desenho da sociedade, em que os dados são vistos como matérias-primas e a informação é entendida como um grande insumo.

Desse modo, voltamos a Adorno para pensar como os rumos da tecnologia e da ciência no interior do sistema econômico capitalista são apresentados como inevitáveis em seu destino de aprimorar o capitalismo a partir de destruições que geram novas criações sempre seguindo a mesma lógica de adaptação ao sistema estabelecido, que possuem como base sustentadora a crença nos dados e o quanto isso nos aprisiona dentro da lógica desse pensamento, não nos permitindo imaginar outras perspectivas de conhecimento.

O mítico respeito científico dos povos pelo dado, que eles no entanto estão continuamente a criar, acaba por se tornar ele próprio um facto positivo, a fortaleza diante da qual a imaginação revolucionária se envergonha de si mesma como utopismo e degenera numa confiança dócil na tendência objetiva da história. Enquanto órgão de semelhante adaptação, enquanto mera construção de meios, o esclarecimento é tão destrutivo como o acusam seus inimigos românticos. Ele só se reencontrará consigo mesmo quando renunciar ao último acordo com esses inimigos e tiver a ousadia de superar o falso absoluto que é o princípio da dominação cega (ADORNO, 2016, p. 22).

Temos também, nessas três revistas, a apresentação de noções como *big data*, inteligência artificial e *machine learning*, em que ganha destaque o exemplo da *GoodAI*, uma escola para robôs, com narrativas fictícias nos sistemas de robôs para instruí-los sobre valores éticos e no âmbito industrial, o exemplo de fábricas inteligentes que começam a ser geridas por robôs. Diante desse cenário, observamos como mais uma vez o pensamento é coisificado com fins instrumentais, em que as próprias funções de gerência passam a ser automatizadas. Num trecho traduzido da página inicial do *site* da *GoodAI*, há o seguinte propósito: “A *GoodAI Research* visa construir uma inteligência artificial geral que automatize processos cognitivos em ciência, tecnologia, negócios e outros campos.” (*GoodAI online*).

Assim, o pensamento é de tal modo reificado a ponto de ser substituído pela

³ Para aprofundar, consulte: Schumpeter, Joseph A. (1984). *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar.

máquina que ele produziu, sem espaço para um questionamento do próprio pensamento.

O pensar retifica-se num processo automático e autônomo, emulando a máquina que ele próprio produz para que ela possa finalmente substituí-lo. O esclarecimento pôs de lado a exigência clássica de pensar o pensamento – a filosofia de Fichte é o seu desdobramento radical – porque ela desviaria do imperativo de comandar a práxis, que o próprio Fichte no entanto queria obedecer. O procedimento matemático tornou-se, por assim dizer, o ritual do pensamento. Apesar da autolimitação axiomática, ele se instaura como necessário e objetivo: ele transforma o pensamento em coisa, em instrumento, como ele próprio o denomina. Mas, com essa mimese, na qual o pensamento se iguala ao mundo, o factual tornou-se agora a tal ponto a única referência, que até mesmo a negação de Deus sucumbe ao juízo sobre a metafísica. Para o positivismo que assumiu a magistratura da razão esclarecida, extravasar em mundos inteligíveis é não apenas proibido, mas é tido como um palavreado sem sentido. Ele não precisa – para sorte sua – ser ateu, porque o pensamento coisificado não pode sequer colocar a questão (ADORNO, 2016, p. 14-15).

Ainda sobre a automatização de processos cognitivos nas mais diversas áreas, vale lembrar a seguinte crítica de Adorno:

Multiplicando o poder pela mediação do mercado, a economia burguesa também multiplicou seus objectos e suas forças a tal ponto que para sua administração não só não precisa mais dos reis como também dos burgueses: agora ela só precisa de todos. Eles aprendem com o poder das coisas a, afinal, dispensar o poder (ADORNO, 2016, p. 22).

Trazendo Donna Haraway mais uma vez para o debate, temos uma dimensão do impacto dessas mudanças nas formas de organização da vida:

[...] existe uma realidade mundana, em grande parte econômica, que sustenta minha afirmação de que essas ciências e essas tecnologias indicam, para nós, transformações fundamentais na estrutura do mundo. As tecnologias da comunicação dependem da eletrônica. Os estados modernos, as corporações multinacionais, o poder militar, os aparatos do estado de bem-estar, os sistemas de satélite, os processos políticos, a fabricação de nossas imaginações, os sistemas de controle do trabalho, as construções médicas de nossos corpos, a pornografia comercial, a divisão internacional do trabalho e o evangelismo religioso dependem, estreitamente, da eletrônica. A microeletrônica é a base técnica dos simulacros, isto é, de cópias sem originais (HARAWAY, 2009, p. 66).

Nessas três edições, a defesa de um Governo digital é apresentada também com

o objetivo de redução de custos, com a substituição da mão de obra humana por máquinas e a adaptação do modelo de emprego e do ensino às novas tecnologias.

Outras iniciativas tecnológicas apresentadas são a plataforma de cidadania digital, inteligência urbana e *smart cities*, com destaque para a noção de que a “mudança política constante, devido aos ciclos eleitorais curtos” (MBC, 4ª edição, 2017, p. 39) são um dos entraves para as *smart cities*. Nessa direção, o MBC em conjunto com o setor produtivo, em uma parceria com mais de 25 empresas, lançou em 2016 a Coalizão Brasil Digital. Vale destaque também ao exemplo sobre o governo da Estônia, apresentado como um governo digital desenhado por engenheiros, com foco no *design* e na habilidade de projetar serviços ao usuário.

Aqui é importante considerar que todas essas transformações são apresentadas nas revistas como inevitáveis para um projeto de sociedade e que possuem apenas uma direção, a direção do progresso, já que são concebidas como neutras e oriundas da técnica. Assim, não há preocupação central em como os diferentes segmentos que compõem a sociedade serão ou não incluídos nesse projeto. Partindo de uma sociedade estruturada desigualmente, em que as pessoas e grupos partem de diferentes posições relativas a poder econômico, político, social e educacional, não considerar essas diferenças através de um pensamento abstrato e universal, contido em uma lógica matemática ritualística, significa perpetuar essa desigualdade, sem coloca-la em questão. Disso decorre a dominação cega proveniente do progresso positivista.

A fantasia atrofia-se. A desgraça não está em que os indivíduos tenham se atrasado relativamente à sociedade ou à sua produção material. Quando o desenvolvimento da máquina já se converteu em desenvolvimento da maquinaria da dominação – de tal sorte que as tendências técnica e social, entrelaçadas desde sempre, convergem no apoderamento total dos homens – os atrasados não representam meramente a inverdade. Por outro lado, a adaptação ao poder do progresso envolve o progresso do poder, levando sempre de novo àquelas formações recessivas que mostram que não é o malogro do progresso, mas exatamente o progresso bem-sucedido que é culpado de seu próprio oposto. A maldição do progresso irrefreável é a irrefreável regressão (ADORNO, 2016, p. 19).

Como exemplo desse tipo de pensamento, temos citadas em uma das três edições essas duas falas significativas de uma lógica empresarial levada diretamente para o âmbito político e a defesa de uma perspectiva econômica liberal.

Vejamos a seguir: "Precisamos pensar o país como uma *startup*, orienta Liam Maxwell, conselheiro de tecnologia do governo do Reino Unido" (MBC, 4ª edição, 2017, p. 37). Enquanto Klaus Schwab, fundador do Fórum Econômico Mundial diz ser necessário "garantir a livre concorrência no campo da inovação, sem derivar para políticas protecionistas" (MBC, 4ª edição, 2017, p. 42). Para analisar essas proposições, especialmente sobre pensar o país todo como uma empresa, mas não qualquer empresa, uma *startup*, ou seja, com base tecnológica, inovações e em condições de extremo risco e incerteza, recuperamos Donna Haraway:

As novas tecnologias parecem estar profundamente envolvidas naquelas formas de "privatização" analisadas por Ros Petchesky (1981), nas quais se combinam, de forma sinérgica, o processo de militarização, as ideologias e as políticas públicas sobre questões de família, desenvolvidas pela direita, e as **redefinições das concepções de propriedade (empresarial e estatal), a qual passa a ser vista como exclusivamente privada**. As novas tecnologias de comunicação são fundamentais para a erradicação da "vida pública" de todas as pessoas. Isso facilita o florescimento de uma instituição militar high-tech permanente, com prejuízos culturais e econômicos para a maioria das pessoas, mas especialmente para as mulheres" (HARAWAY, 2009, p. 73, grifo nosso).

Deste modo, destacamos a difusão de ideias realizada pelo MBC, a partir dessas publicações, na defesa e disseminação de uma lógica empresarial para o Estado bem como o papel das tecnologias e das empresas de tecnologia neste processo em disputa acerca das redefinições do papel do Estado e das formas de organização da vida e da sociedade.

Por sua vez, nas edições sete, oito e nove, temos a apresentação do tema "Custo Brasil", visto pelo MBC como um conjunto de problemas que travam o "desenvolvimento nacional": carga tributária confusa e pesada, infraestrutura logística falha com dependência do transporte rodoviário, burocracia, insegurança jurídica, baixos investimentos em educação, valor da energia, custo do crédito e corrupção.

Deste modo, argumenta que as soluções para esses problemas deveriam passar pela realização de uma Reforma Tributária para agrupar impostos e, não por acaso, a Reforma Trabalhista de 2017 é vista como extremamente positiva, além de ampliação do uso de tecnologias pelo governo com adoção de certificações digitais e portais que simplificam cadastros de novos negócios. Essas soluções representam um alento aos

empresários, uma janela de oportunidade para reorganizar a matriz de impostos, melhorar a infraestrutura logística, “modernizar” o arcabouço legal e qualificar a mão de obra.

Portanto, os integrantes do Movimento defendem de forma contundente a reforma trabalhista, da previdência e tributária. Apresentam propostas para a Indústria 4.0, como criar ambiente com infraestrutura digital de qualidade, já que com a pandemia a transformação tecnológica foi impulsionada pelo isolamento social. A partir desse momento ocorre também a massificação de soluções como *big data*, inteligência artificial e robótica e abre-se o espaço para uma Sociedade Superinteligente (5.0), com uma evolução através das redes de quinta geração de internet móvel e da imposição do digital, com a cultura das *lives*, das vídeo chamadas, missas e cultos *online*. Nesse período, o Governo Federal acelerou a digitalização de serviços, que segundo o MBC, contribuiu para a eliminação de papel e burocracia, fim de locação e manutenção de estruturas. Além disso, são defensores também da Reforma Administrativa, para beneficiar apenas os “melhores” funcionários, como forma de “motivar” as equipes.

Em continuidade, defendem a cópia de práticas da iniciativa privada que trazem “maior produtividade” para o setor público e dizem ser defensores de um projeto de desenvolvimento que independe de quem esteja no poder, com um embate de ideias em que prevaleça uma “visão de nação” e não de governos, ideologias ou de grupos e seus interesses.

No entanto, falam do objetivo de aprovar uma agenda e que para isso é preciso fazer uso do capital político, algo que é aparentemente contraditório com as próprias ideias apresentadas acima. Porém, é politicamente estratégico, orientado para interesses do capital privado, particularmente o empresariado organizado no MBC.

Tendo isso em vista, analisamos um trecho da matéria de capa da quinta edição da revista, que resume bem o propósito defendido ao longo de todas as edições. A citação apresenta o texto dos autores da matéria de capa e um pequeno trecho de autoria de Fernando Schüller, cientista político e professor no Insper:

A sustentabilidade, nesse sentido, pode representar uma bandeira capaz de transportar os debates a um **nível acima dos embates ideológicos**. "Haverá um crescente espaço na democracia para **líderes que tenham capacidade de**

gerar consensos", ressalta Schüler. O caráter abrangente e o propósito igualitário posicionam o conceito como uma **pauta suprapartidária**. A introdução do debate, porém, começa pela **disseminação dos preceitos em âmbito cultural** (MBC, 5ª edição, 2018, p. 46, grifo nosso).

Temos aqui a definição de uma estratégia em torno da ideia de "sustentabilidade" como uma pauta capaz de gerar o consenso entre diferentes grupos políticos e alcançar o consenso da sociedade de uma forma geral, com a "disseminação dos preceitos em âmbito cultural". Dessa maneira, ao compreendermos a conexão fundamental entre sociedade política e sociedade civil que forma o Estado, "hegemonia encorajada de coerção", entendemos que a construção do consenso em torno de um determinado papel para o Estado começa a ser elaborada fora da sociedade política, nos centros de elaboração e difusão de concepções de mundo, nos aparelhos hegemônicos, até alcançar o âmbito da regulamentação através de legislação e coerção.

Assim, é um projeto político com fins conscientes, atuante no Estado integral e apenas aparenta ser independente e espontâneo de uma realidade econômica que, por sua vez, também aparenta ser autônoma, sem conexões com os demais âmbitos da vida social e política (GRAMSCI, 2007, p. 47).

Nesse sentido, a generalização dos interesses particulares dos grupos dominantes para os grupos sociais subordinados corresponde ao momento de conquista da hegemonia, de uma dominação integral não só no âmbito político e econômico, mas também intelectual e moral. Uma ideologia se torna hegemônica quando consegue ser irradiada para a sociedade como um todo, pois conquistou o convencimento e o consentimento para apresentar-se como interesse geral (GRAMSCI, 2007).

Vale ressaltar que os papéis desempenhados pela ciência, tecnologia, técnica e o próprio Estado estão em disputa por diferentes grupos políticos e sociais. Não há um único caminho inevitável a ser percorrido através do avanço do "progresso", da "modernização" e do "desenvolvimento". A disputa política é parte fundamental desse jogo, de tal modo que aqueles que dominam querem ocultá-la sob o manto da "neutralidade técnica".

Para melhor entender o sentido e os significados dessas publicações, recorreremos a uma breve análise das disputas políticas em curso no primeiro Governo Dilma (2011-

2014), que já apontavam para uma rearticulação e um novo alinhamento entre as frações da classe dominante para a defesa de um programa conjunto. Tais disputas se acirraram logo após o resultado das eleições que reelegeram Dilma Rousseff (PT).

Segundo Flávia Biroli (2016, s.p.), os empresários não viam o Governo Dilma como politicamente capaz nem com vontade política para promover os amplos ajustes estruturais requeridos por este grupo, no contexto de retração econômica a nível mundial, que visavam retirar direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores com o objetivo de redução do chamado custo do trabalho. Este último, denominado pelos empregadores para menção às obrigações trabalhistas referentes ao recolhimento de impostos, fundos e taxas indenizatórias.

O processo que segue com a apresentação das “pedaladas fiscais” como subterfúgio para sustentar o golpe parlamentar em curso em prol da deposição da Presidenta Dilma, que se concretizou em 31 de agosto de 2016, representa o rompimento das regras do jogo por parte dos grupos de oposição com “a possibilidade de determinarem ainda mais diretamente a política econômica, sem a intermediação das urnas e sem o comprometimento tímido e instável do governo com sua agenda” (BIROLI, 2016, s.p.).

A partir desta data, o então vice-presidente Michel Temer (MDB) assumiu a presidência da República como resultado da articulação que efetivou o golpe e iniciou o processo de implementação das contrarreformas já previstas no documento “Ponte para o Futuro” lançado em 2015, fora do período eleitoral, pela Fundação Ulysses Guimarães e pelo MDB com propostas que caracterizavam um plano de governo diferente daquele legitimado nas eleições que elegeram Dilma como presidenta e Temer como vice.

Com texto publicado ainda em 2016, antes da concretização do golpe, Luiz Bernardo Pericás (2016) apontava o caminho das pretensões definidas a partir deste documento. O objetivo central era a redefinição do papel do Estado, com uma série de privatizações, o aumento da participação da iniciativa privada, a flexibilização do mercado de trabalho e a ampliação da concorrência internacional. Em contrapartida, o autor também destaca que a agenda mais progressista não vinha sendo implementada pelo governo Dilma, que caminhava para uma direção de políticas regressivas. No entanto, com o governo Temer todas estas tendências seriam intensificadas, com o

predomínio dos grupos conservadores e reacionários do Congresso.

Neste cenário, especialmente no período que tem vigência os governos Temer e Bolsonaro, as reformas estruturais neoliberais alcançam uma nova dimensão e concretude, ao se tornarem mais intensas e abrangentes. De acordo com Mathias e Sanches (2020), há uma tríade que forma o núcleo central destas reformas, sendo elas: a Reforma Administrativa do Estado, Reforma Trabalhista e Reforma da Previdência. Os autores explicam ainda que nestas três reformas:

[...] está contido todo o pacote de privatizações das estatais, “controle” dos gastos públicos, flexibilização das relações trabalhistas com foco na desarticulação das entidades sindicais, perda de direitos conquistados e a abertura de um excelente campo de atuação para o capital financeiro através da privatização da previdência (MATHIAS; SANCHES, 2020, p. 144).

Como consequências desse processo ocorreram, durante o governo Temer, a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/55, PEC do Teto de Gastos que congela os gastos públicos por vinte anos e a aprovação da Reforma Trabalhista em 2017 que em nível de discurso prometia a modernização das relações de trabalho e mais empregos, todavia as consequências foram a continuidade do nível de desemprego e o aumento das vagas informais de trabalho.

No que tange ao governo Bolsonaro (2019-2022), cabe destacar não somente a continuidade do processo iniciado no período de governo de Temer (2016-2018), sobretudo houve significativo avanço de reformas que alteraram a definição do campo da institucionalidade estatal, visto os efeitos político-institucionais e econômicos, a partir de 2019.

Isto posto, cabe ainda destacarmos os embates pelo poder e as hegemonias em disputa. De acordo com Fabio Frosini (2017), Gramsci descreve a trama privada do Estado, na qual os aparelhos hegemônicos são organizações voluntárias da sociedade civil ao mesmo tempo em que se estabelecem como local de exercício do poder do Estado. Precisamente por se organizarem de forma voluntária, são capazes de produzir ordem e consenso. Por esta razão, representam uma forma de educação e organização propiciada pela iniciativa privada da classe dirigente, não por meios administrativos, mas no próprio terreno da esfera da vida privada, da sociedade, que não pode deixar de

expressar antagonismos diversos.

Continua Frosini (2017), é na mediação entre essa pluralidade conflituosa e a ordem que, para Gramsci, se encontra a pedra angular que sustenta o poder do Estado, visto que é no terreno dessa conflituosidade expressa na sociedade civil que se desenrolam as disputas pela produção e estabelecimento do consenso.

A partir da combinação e condicionamento recíproco entre a função pedagógica dos aparelhos privados de hegemonia e a tendência expansiva da classe dominante se configura o processo pelo qual uma classe pretende assimilar toda a sociedade e, por isso, se dispõe a educá-la. Tendo em vista que o exercício da hegemonia pressupõe a colaboração ativa das classes subordinadas e se concretiza ao combinar força e consenso.

Para melhor entendimento sobre o conceito de hegemonia, Jorge Luis Acanda (2017) enuncia que esta não pode ser compreendida apenas como um campo discursivo de produção de novas mentalidades por parte da classe dominante, pois as ideias dominantes estão ancoradas nos processos materiais de produção e reprodução das condições de existência. Ou seja, a produção do consenso só pode ser compreendida se situarmos a conexão das dimensões cultural e simbólica com os próprios processos de produção material da sociedade, já que estes expressam as relações de poder social.

Nesse sentido, a realização da hegemonia se concretiza através do exercício da direção política de uma classe social articulada em um bloco histórico sobre um conjunto social complexo.

Com base neste entendimento, o MBC corresponde à classe social dominante, representa diretamente frações desta classe e enquanto aparelho privado de hegemonia atua a partir de um modo de ser específico da produção econômica e cultural, altera o consentimento e convence sobre novas formas de predomínio da economia capitalista. Por isso, a hegemonia deve ser compreendida como algo genuíno, dotada de conteúdo específico em que a hegemonia dominante alimenta novas visões de mundo.

Ao pensarmos na correspondência temática entre as publicações da Revista Brasil+ e os projetos desenvolvidos pelo MBC entre 2016 e 2020, observamos a articulação dos projetos e disseminação de ideias diante do momento regressivo político e econômico do país, tendo em vista que a partir de 2016 o projeto neoliberal se intensifica um grau a mais na escala de regressão política e econômica. As revistas, então,

refletem as concepções postas em prática pelos projetos.

O exercício da hegemonia, por conseguinte, se realiza a partir da reprodução interna das classes sociais, aprofundando o processo de subalternização. Por esta razão podemos dizer que entre 2016 e 2020, com os projetos implementados pelo MBC ocorre a reafirmação de um poder político regressivo. A partir das diferenças expressas entre os períodos políticos no intervalo de tempo analisado, com ênfase para a crise estabelecida no interior da classe dominante, começam a se delinear novos contornos políticos desde a deposição da Presidenta Dilma, pelo governo Temer e segue até a eleição de Bolsonaro.

Neste processo, o MBC contribui ativamente, a partir de suas pautas próprias que coincidem em grande parte com os interesses do capital externo diante da internacionalização da economia, na disputa pela direção política em torno de um projeto político e econômico nacional regressivo, voltado para o direcionamento estratégico do Estado para o capital, em detrimento de um Estado social e democrático.

Considerações finais

Diante do exposto, podemos inferir que 2016, com o contexto da elaboração e implementação das contra reformas previstas no documento “Ponte Para o Futuro” e o processo de digitalização da economia, corresponde a um ponto de inflexão para a dinâmica econômica e política contemporânea, no qual o MBC sai da posição de conciliação e cooperação com os governos anteriores e parte para uma posição ofensiva. Neste cenário, o PT deixa de ser visto como um possível operador político e perde espaço para os grupos conservadores. Não por coincidência, em 2016 teve início a publicação da Revista Brasil+ como meio de ampliar a difusão das ideias empresariais.

Tendo em vista as ideias da Teoria Política Clássica, a partir de John Locke e Thomas Hobbes, a justificativa para a necessidade do Estado surge da busca pela resolução dos conflitos existentes no estado de natureza. Desse modo, por meio do contrato social, os indivíduos alienam sua liberdade natural em troca da segurança garantida pelo Estado.

Nos compete, então, recordar que a consolidação do Estado moderno acontece concomitantemente ao processo de estabelecimento do capitalismo e, que neste

contexto, o liberalismo econômico se constitui como um horizonte sempre desejável pela burguesia. À luz dessa reflexão, inferimos que os acontecimentos apresentados no parágrafo anterior, que remetem ao ano de 2016, representam não só um ponto de virada histórica, mas a intensificação do neoliberalismo e a mudança do papel do Estado trazem à cena a continuidade da busca incessante da classe burguesa pelo liberalismo econômico, a partir dos interesses da sociedade civil organizada através dos aparelhos privados de hegemonia.

Nos cabe destacar também a persistência da temática do chamado Custo Brasil, que vem desde os anos 1990 como pauta dos empresários industriais, perpassa todos os projetos do MBC e aparece novamente, com grande relevo, em 2019, na matéria de capa da Revista Brasil+. O Custo Brasil engloba todos os custos para a produção e circulação de mercadorias produzidas no Brasil, em comparação com os custos de produção mundial, em contexto de internacionalização da economia.

Por esta razão, a reforma tributária, previdenciária, trabalhista e administrativa são pensadas com este objetivo, de redução dos custos da produção para o favorecimento dos ganhos de capitais privados no mercado interno e externo, em oposição aos interesses dos subalternizados. É nesse sentido que o papel do Estado defendido pelo MBC nos projetos e nas revistas é apresentado como Estado indutor, ou seja, um Estado estratégico voltado para o capital.

Por fim, é necessário dizer que a elaboração e a publicação da Revista Brasil+ faz parte do projeto do MBC enquanto um aparelho privado de hegemonia com o objetivo de produzir e difundir ideias e visões de mundo, especialmente entre seus pares, empresários de diversos setores para inferir sobre o papel e a orientação do Estado no sentido de corroborar com a construção e manutenção do consenso neoliberal.

Nesse sentido, tanto a realização dos projetos do MBC quanto a publicação das revistas aqui analisadas constituem a concretização de uma agenda política, em que as formulações de ideias orientam e guiam a atuação prática do MBC ao mesmo tempo em que produzem o consenso e o convencimento entre seus pares, construindo e garantindo a coesão do grupo a partir e em favor da visão de mundo que corresponde e conforma a hegemonia dominante.

Referências

ACANDA, Jorge Luis. As Raízes Estruturais da Hegemonia. In: ROIO, Marcos del (org.). **Gramsci: Periferia e Subalternidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017, p. 127-136.

ADORNO, Theodor e Horkheimer, Max. “O conceito de esclarecimento”. In: **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016, p. 5-22.

BIROLI, Flávia. **A crise, a deposição de Dilma Rousseff e a fragilidade da democracia**. 2016. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/04/15/a-crise-a-deposicao-de-dilma-rousseff-e-a-fragilidade-da-democracia/>. Acesso em: 18 jan. 2023.

FROSINI, Fabio. Espaço e Poder à Luz da Teoria da Hegemonia. In: ROIO, Marcos del (org.). **Gramsci: Periferia e Subalternidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017, p. 137-161.

GRAMSCI, Antonio, 1891-1937. **Cadernos do cárcere, volume 3** / Antonio Gramsci; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira.- 3ª ed.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

MATHIAS, Meire; SANCHES, Rodolfo. Brasil, Chile e as Reformas Neoliberais: o consenso em questão. **Revista Despierta**, Curitiba, v. 08, n. 07, p. 139-150, jul. 2020. Jul.-Dez. Disponível em: <https://redelp.net/index.php/rd/article/view/1256/1158>. Acesso em: 19 abr. 2023.

PERICÁS, Luiz Bernardo. **Ponte para o abismo**. 2016. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/04/27/ponte-para-o-abismo/>. Acesso em: 19 jan. 2023.

Fontes

Movimento Brasil Competitivo (MBC). **Revista Brasil+**, online, ano 1, 1ª edição, 06/2016. Disponível em: <<https://www.flipsnack.com/mbcompetitivo/revista-brasil-1-edi-o.html>> Acesso em jun. 2021.

Movimento Brasil Competitivo (MBC). **Revista Brasil+**, online, ano 1, 2ª edição, 11/2016. Disponível em: <<https://www.flipsnack.com/mbcompetitivo/revista-brasil-2->

edi-o.html> Acesso em jun. 2021.

Movimento Brasil Competitivo (MBC). **Revista Brasil+**, *online*, ano 2, 3ª edição, 06/2017. Disponível em: <<https://www.flipsnack.com/mbcompetitivo/revista-brasil-3-edi-o.html>> Acesso em jun. 2021.

Movimento Brasil Competitivo (MBC). **Revista Brasil+**, *online*, ano 2, 4ª edição, 11/2017. Disponível em: <<https://www.flipsnack.com/mbcompetitivo/revista-brasil-4-edi-o.html>> Acesso em jun. 2021.

Movimento Brasil Competitivo (MBC). **Revista Brasil+**, *online*, ano 3, 5ª edição, 06/2018. Disponível em: <<https://www.flipsnack.com/mbcompetitivo/revista-brasil-5-edi-o.html>> Acesso em jun. 2021.

Movimento Brasil Competitivo (MBC). **Revista Brasil+**, *online*, ano 3, 6ª edição, 03/2019. Disponível em: <<https://www.flipsnack.com/mbcompetitivo/revista-brasil-6-edi-o.html>> Acesso em jun. 2021.

Movimento Brasil Competitivo (MBC). **Revista Brasil+**, *online*, ano 4, 7ª edição, 08/2019. Disponível em: <<https://www.flipsnack.com/mbcompetitivo/revista-brasil-7-edi-o-tjioijcbdc.html>> Acesso em jun. 2021.

Movimento Brasil Competitivo (MBC). **Revista Brasil+**, *online*, ano 5, 8ª edição, 06/2020. Disponível em: <<https://www.flipsnack.com/mbcompetitivo/revista-brasil-8-edi-o.html>> Acesso em jun. 2021.

Movimento Brasil Competitivo (MBC). **Revista Brasil+**, *online*, ano 5, 9ª edição, 12/2020. Disponível em: <<https://www.flipsnack.com/mbcompetitivo/revista-brasil-9-edi-o.html>> Acesso em jun. 2021.